

**Alexandra
Prado Coelho**

Olhamos para a Amazónia
em busca de respostas.
Projectamos na grande
floresta – que situamos
algures entre o paraíso e o
inferno – os nossos
fantasmas do fim do
mundo. Nas universidades,
na programação dos
espaços culturais,
começa-se, timidamente, a
dar voz aos indígenas.
Estaremos a fazer as
perguntas certas?

Aqui mora gente Amazónia



Em *Curupira e a Máquina do Destino* (2021), a cineasta brasileira Janaína Wagner coloca uma criatura lendária, a curupira, que caminha com os pés voltados para trás, desorientando quem a segue, no caminho de uma criatura fantasma, Iracema, jovem prostituta vinda um filme dos anos 70, *Iracema, uma transa amazônica*, de Jorge Bodanzky. O encontro dá-se na Estrada Fantasma, local real num distrito amazônico chamado Realidade, num cenário desolador de uma paisagem destruída pelo Homem.

Entre o real e o mitológico, a Amazônia de Janaína Wagner é um território no qual se projectam fantasmas. A curta, recentemente exibida em Portugal nas ruínas romanas de São Cucufate, no Alentejo, integrada na conferência transdisciplinar *Antropocênica* (6 e 7 de Outubro), é um dos muitos exemplos da presença cada vez maior da Amazônia nos debates culturais e artísticos.

Uma Amazônia que é ela mesma, floresta em risco, habitada por povos indígenas também eles sob ameaça, mas que é muito mais do que isso – num mundo assustado, a Amazônia tornou-se espaço de projecção dos nossos medos do fim, e das nossas esperanças de que ainda seja possível evitá-lo.

Num constante cruzamento de saberes e de disciplinas, interroga-se o território amazônico procurando nele sinais do princípio dos tempos e avisos do fim dos tempos. No planeta assolado pela crise climática, é à floresta e aos que a habitam que pedimos respostas. E, depois de durante séculos os termos reduzido ao silêncio, coçamos finalmente a dar-lhes voz.

O escritor indígena brasileiro Daniel Munduruku, do povo Munduruku, acredita que “essa busca, um tanto desenfreada, que as pessoas estão fazendo em relação à Amazônia, tem a ver com a angústia que está implantada dentro do coração da Humanidade como um todo e do homem ocidental de uma maneira muito particular”. É uma angústia “gerada pela ideia de que estamos num processo de autodestruição”, explica ao Ípsilon, um pouco antes de conversar com a jornalista Isabel Lucas no espaço Talante da livraria Ler Devagar, na Lx Factory, em Lisboa, em meados de Outubro.

As pessoas, continua, “estão à procura de um princípio norteador, estão em busca de uma resposta, que certamente não está naquilo que foi tentado: o progresso, o desenvolvimento, a tecnologia”. O olhar que lançamos para a Amazônia “tem a ver com essa angústia da nossa origem, de saber quem somos, no final das contas, nesse mundo”. No imaginário ocidental “há uma resposta possível para sair desse sufoco todo em que estamos vivendo, e essa resposta parece estar nesse lugar chamado Amazônia”.

O problema, diz, é que “há um equívoco” porque muita gente parte “com a ideia de colonizar, e a colonização passa sempre pelo domínio, pela necessidade de você se impor sobre um território, sobre um grupo, sobre conhecimentos”. Foi essa desde o início a história trágica da relação entre os ocidentais e a Amazônia. Para quem a olha assim, ela não tem respostas. Mas tem-nas para quem a procurar “de uma maneira sincera”.

“A Amazônia é um lugar muito generoso. Se a gente souber pedir-lhe a solução, ele é capaz de nos oferecer, e de graça, sem cobrar nada por isso. Mas para que isso aconteça, temos de romper com o nosso pensamento trágico de que o dinheiro compra tudo. Temos de nos tornar irmãos da Natureza, para nos tornarmos uma família de facto”, diz Daniel Munduruku. O tão falado pensamento indígena diz isso mesmo: “Temos de voltar a ser Natureza. Não pensar a Natureza, porque isso é colonizá-la.”

Essa busca por respostas está aí, a toda a nossa volta. Basta olharmos para as agendas culturais. Um exemplo, entre vários: dias 18, 19 e 20 de Novembro, o Alcantara Festival vai ter um programa organizado pela Terra Batida, plataforma coordenada por Rita Natálio, que “procura mobilizar conhecimento e práticas em torno da violência ecológica em diferentes territórios”. O programa Escola Refloresta Livre reúne artistas e cientistas do Brasil e de Portugal, entre os quais o arquitecto e pesquisador Paulo Tavares e a psicóloga indígena Geni Núñez.

“O trabalho que Geni Núñez tem desenvolvido nos

últimos anos”, contextualiza Rita Natálio, “pensa a luta guarani pelo reconhecimento do território em conjunto com a questão afectiva.” O *workshop online* que vai dar no Alcantara, com o título *Reflorestamentos afectivos: pistas para a descolonização*, cruza a questão da floresta com a não-monogamia.

Ela “questiona a monocultura do modelo da construção da família e do contrato heterossexual”, equiparando-a à monocultura de uma espécie vegetal. “A nossa monocultura do eucalipto não é uma floresta, uma floresta não é uma cópia de uma árvore ao infinito, implica relações complexas”, sublinha Natálio. A partir daí, Geni Núñez põe em causa o modelo da família e da monogamia, e as relações coloniais como sendo, todas elas, manifestações de posse.

“Essa busca,
um tanto
desenfreada, que
as pessoas estão
fazendo em relação
à Amazônia, tem
a ver com a angústia
que está implantada
dentro do coração
da Humanidade”
Daniel Munduruku,
escritor

A floresta aqui ajuda a pensar estruturas sociais, tal como no próximo filme de Janaína Wagner, que será a primeira longa da cineasta, para a qual procura neste momento financiamento internacional. “Chama-se *A Mala da Noite*, é um documentário sobre feminicídio numa cidade que fica no meio da floresta e onde o índice de feminicídio é, proporcionalmente, o mais alto do país”, conta. “A minha pesquisa pretende pensar o que se produz nessa fricção entre a floresta e a dita civilização, que civilização é esta que produz esse tipo de violência, como é que a violência perpassa esses lugares.”

Não é um documentário clássico, é antes uma convocação dos fantasmas das mulheres assassinadas. Os fantasmas são presenças que regressam várias vezes ao trabalho de Janaína e mais ainda quando filma a Amazônia – ou as muitas Amazonas, com as suas várias “camadas de tempos históricos, geológicos, subjectivos”. É uma tentativa de captar esse lugar onde “todos os fantasmas continuam encarnados, sobrepondo-se, [e onde] os fantasmas do passado encontram os fantasmas do futuro”.

Espelho do que nos atormenta, nas palavras do arquitecto e editor brasileiro Silvio Cordeiro, organizador, com Dirk Michael Hennrich e Maria da Conceição Lopes, ▶

► da conferência interdisciplinar (que aconteceu este ano em Portugal, na sua primeira edição, e que tem mais dois actos previstos, em 2023 no Brasil e em 2024 em Cabo Verde), a Amazónia é “um território-síntese de complexas questões do Antropoceno”, essa era geológica em que já vivemos e na qual a acção do Homem ameaça o futuro do planeta.

Tal como Janaína, também Silvío refere essas “temporalidades distintas” convivendo na grande floresta da América do Sul. Daí que a programação artística, com a exposição *Distopia Amazónica*, do fotógrafo brasileiro Lalo de Almeida, tenha sido baptizada como *Transamazónicas: Zonas Imaginárias*. “O imaginário da Amazónia circula desde há muito. Desde o século XVI, das expedições de [Francisco de] Orellana, que essas crónicas de viagem vão circular na Europa, com a Amazónia a aparecer como um lugar de paraíso, com a exuberância da sua fauna e flora. Forma-se um imaginário de um lugar do princípio dos tempos. E cria-se essa ideia de uma terra sem gente, que teria de ser explorada, uma grande falácia que mais tarde vai justificar um empreendimento como a [estrada] Transamazónica.”

Lau Zanchi, investigadora brasileira a viver em Portugal há muitos anos, criadora, em 2014, do Projecto Sentir a Amazónia em Portugal e coautora, com Ana Cristina Carvalho, de *Amazónia: Reflexos do Lugar nas Literaturas Brasileira e Portuguesa*, organizou no final de Setembro a Semana da Amazónia no espaço Âmbito Cultural do El Corte Inglés, para mostrar precisamente que a grande floresta não só tem gente, como é plural, habitada por grupos muito diferentes.

A proposta era a de uma viagem “pela Amazónia plural, intercultural, multiétnica e multirracial, um itinerá-

“Os humanos, como se movem, têm muitas vezes aquela ideia de que se destruímos um lugar podemos mudar-nos para outro e assim até ao infinito, incluindo outros planetas. As plantas estão fixadas no lugar e têm necessidade de cuidar desse lugar. Acredito, por isso, que os seres humanos têm muito a aprender com as plantas”

Patrícia Vieira, investigadora

rio que expõe a importância dos seus habitantes e a multidiversidade de “sentir” as relações ser humano-natureza”. Há uma “invisibilidade” dos povos da floresta, que não são apenas indígenas, mas também caboclos, quilombolas, ribeirinhos – são, lê-se no texto de apresentação, “29 milhões os habitantes distribuídos em 775 municípios, além da floresta”.

“Há toda uma centralidade do ambiente que se está consolidando na questão da Amazónia”, explica Lau Zanchi. “Todos os campos do saber reproduzem esse eco. E a parte humana fica invisível. Essa invisibilidade é uma questão histórica, ligada ao mito do Eldorado, um mito que é permanentemente revisitado.”

O imaginário que insistimos em reproduzir “vem desde os primeiros exploradores da Amazónia, do século XVI, viajantes, naturalistas, e está muito ligado à força desse mito, material e simbólico”. É a ideia de uma natureza original, pura e preservada, sem contaminação do humano. “Há uma relação inferno/paraíso. Ela tanto surge como o paraíso, a beleza, como o inferno, com o desmatamento, a injustiça social, a criminalidade, o tráfico. E o mito é contraproducente.”

Para desfazer o mito, é preciso “construir práticas políticas públicas regionais, para que [os habitantes da Amazónia] tenham a sua própria autonomia e possam tomar decisões adequadas à sua realidade geográfica”. E, para que isso aconteça, é importante dar-lhes voz.

A nós, cabe-nos “estarmos abertos, dar voz e ouvir, e ecoar projectos positivos da Amazónia, não ficar apenas pela tragédia”. Daí que a semana organizada no Âmbito Cultural tenha tido a participação de várias lideranças juvenis indígenas e, entre muitas outras, uma sessão sobre *O jornalismo enquanto construtor social*, com Alberto César Araújo da agência de jornalismo independente Amazónia Real.

Lau Zanchi tem vindo a estudar esse olhar sobre a Amazónia, perpetuador do mito, desde a literatura ao jornalismo. E, neste momento, com a campanha eleitoral no Brasil e a luta que divide o país entre os candidatos à Presidência Lula da Silva e Jair Bolsonaro, essa narrativa é incontornável.

Basta fazemos uma breve passagem pelos mais recentes títulos com a palavra “Amazónia” na revista brasileira *Piauí* para encontrarmos o inferno: “Em Agosto, a Amazónia queimou área quase igual à de Alagoas”; “Em Setembro, focos de incêndio na Amazónia dobraram em relação ao ano anterior”; “A cada cinco focos de incêndio registados neste ano, três foram na Amazónia”; “Amazónia cercada pelo fogo”; “Desde 2018, registo de armas na Amazónia Legal cresceu 68% a mas que na média do Brasil”; “Para Amazónia, Governo Bolsonaro teve efeito devastador de um El Niño”; “Em 2021, desmatamento na Amazónia correspondeu a dois terços das áreas desmatadas em todo o Brasil.”

Podemos deter-nos na notícia que fala do “efeito devastador” do Governo Bolsonaro para perceber a dimensão. O artigo, que cita um estudo do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) brasileiro, sublinha o impacto dramático que este cenário tem não só para a região mas para o planeta, dado que, se a floresta tem a capacidade para absorver o carbono da atmosfera, quando as árvores são cortadas, “todo esse carbono armazenado acaba sendo jogado de volta na atmosfera, piorando o aquecimento global”.

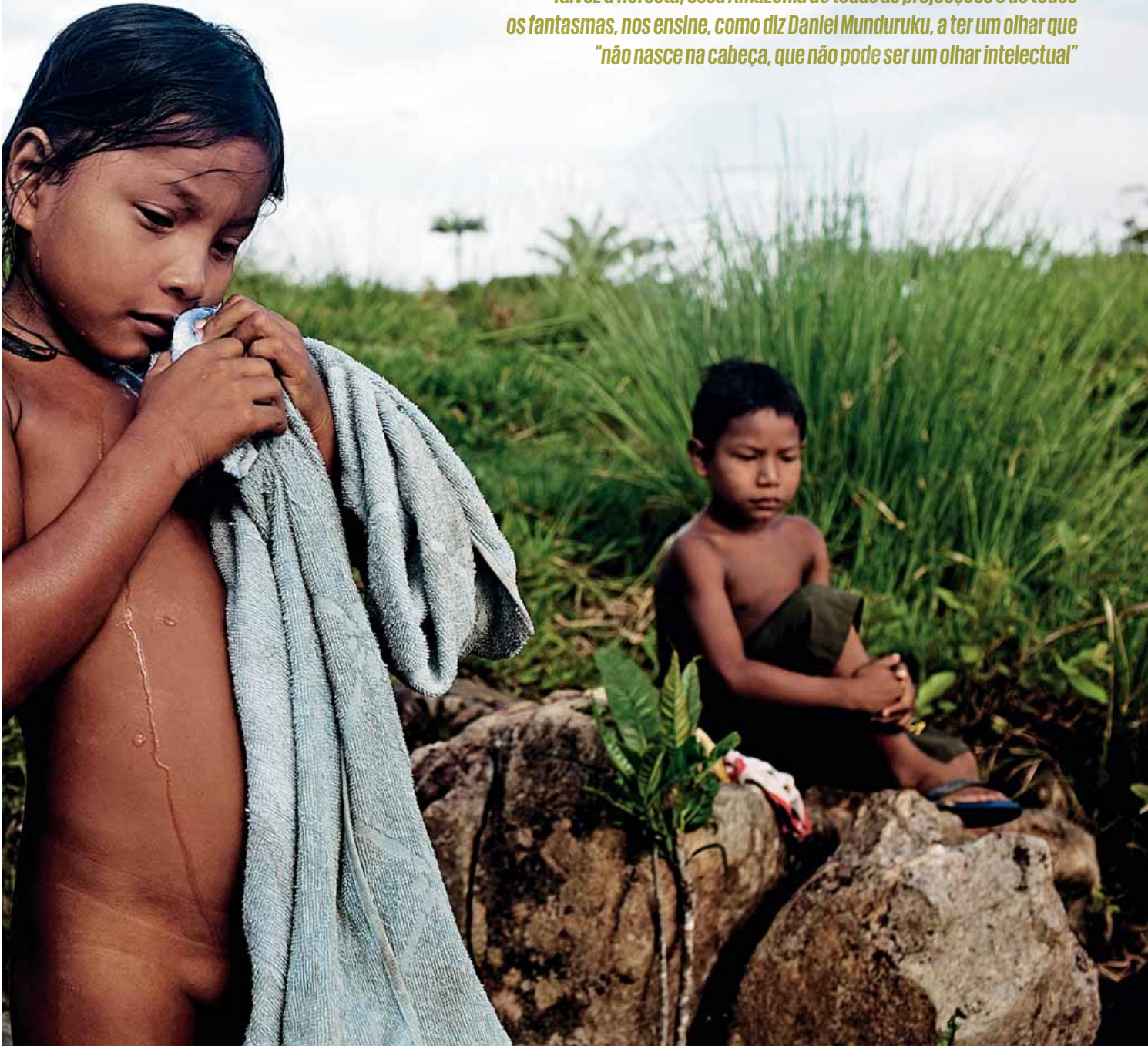
Cruzando estes factos com a gestão política, a conclusão é que durante o primeiro ano do Governo Bolsonaro, com o aumento do desmatamento e a redução significativa das multas por crimes ambientais, “as emissões de carbono na Amazónia aumentaram 89%” em comparação com a média registada entre 2010 e 2018. No ano de 2020, a subida foi de 122% – acompanhada por uma redução de 12% na precipitação anual e um aumento de temperatura de 0,6%.

Sendo a Amazónia esse “território vastíssimo”, diz Silvío Cordeiro, “o que acontece na dinâmica desse bioma envolve outros territórios e tem interacção com a biosfera”. O perigo, alerta o organizador da *Antropocénica*, é que “está-se provocando um processo de mudança total” e corremos o risco de ver a Amazónia “transformar-se numa savana”. A riqueza do solo amazónico está à superfi-



JORRI BURCH / KAMERA PHOTO

Talvez a floresta, essa Amazônia de todas as projecções e de todos os fantasmas, nos ensine, como diz Daniel Munduruku, a ter um olhar que "não nasce na cabeça, que não pode ser um olhar intelectual"



► crie, é um bioma único, que vive de um equilíbrio frágil – e são as culturas indígenas que têm um conhecimento ancestral desse bioma.

A Amazônia é não apenas um repositório de conhecimentos, mas também de “formas de pensar alternativas”, afirma Patrícia Vieira, investigadora do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra e responsável pelo projecto ECO – Animais e Plantas em Produções Culturais sobre a Bacia Amazônica, que nos dias 13 e 14 de Outubro organizou o colóquio Humanidades Vegetais na Amazônia. “Num momento de crise climática como o que atravessamos é quase um imperativo pensarmos nessas outras formas de nos relacionarmos com esse mundo que está fora do mundo humano.”

Há muito que Patrícia Vieira trabalha com plantas e sobre a relação entre plantas e humanos e “as diferentes maneiras de estar no mundo”. Explica o que isso significa: “As plantas são seres vivos que habitualmente estão no mesmo lugar, enquanto os seres humanos, como os outros animais, movem-se. E isto tem consequências na sua relação com o lugar. Os humanos, como se movem, têm muitas vezes aquela ideia de que se destruímos um lugar podemos mudar-nos para outro e assim até ao infinito, incluindo outros planetas. As plantas estão fixadas no lugar e têm necessidade de cuidar desse lugar. Acredito, por isso, que os seres humanos têm muito a aprender com as plantas.”

O conceito de Humanidades Vegetais prende-se com esta ideia de “pensar o meio ambiente não só na perspectiva das ciências, mas na das humanidades e das ciências sociais”. Patrícia nota como a forma como vemos a natureza tem consequências: “Se acharmos que ela é um conjunto de recursos, vamos ter uma atitude extractivista, se pensarmos que ela tem um valor intrínseco, vamos ter uma atitude diferente. As Humanidades Ambientais pensam esta relação pendular, e as Humanidades Vegetais surgem como um subcampo que se concentra mais especificamente na relação entre seres humanos e plantas.”

Olhar para a Amazônia é, por isso, essencial. “A relação dos povos da Amazônia com as plantas é extremamente sofisticada, e temos muito a aprender com ela. Aliás, eles chamam muitas vezes às plantas, professores, guias. É uma relação que na nossa cultura nunca tivemos ou já perdemos.”

Perceber se essa relação mais próxima com a natureza já existiu na cultura ocidental, e de que forma, é o objecto de vários estudos que têm vindo a ser desenvolvidos nos últimos anos. “Normalmente aponta-se a Revolução Industrial como o ponto de quebra dessa relação, um corte da vivência humana em sintonia com a natureza. E, neste momento, o pensamento dito ocidental encara a natureza como um conjunto de recursos.”

Integrar na academia outras formas de pensamento tem sido um desafio. Até que ponto o homem ocidental, moldado pela sua forma própria de entender o mundo, pode ambicionar compreender, e até partilhar, a cosmovisão indígena?

“Tem havido um trabalho muito interessante de tradução da parte dos próprios povos indígenas”, explica Patrícia Vieira. “São formas distintas de ver o mundo. Não é que haja um mundo pré-definido e olhares diferentes. A maneira de habitar o mundo é tão diferente que o próprio mundo se transforma.”

Um bom exemplo dessa “tradução” é o livro *A Queda do Céu* de Davi Kopenawa, em colaboração com o antropólogo Bruce Albert, que apresenta a forma Yanomami de entender a natureza. Nesta visão, “no mundo existem pessoas, que podem ser pessoas-plantas, pessoas-animais, pessoas-humanas”, e todas têm direitos.

Definir o que é ou não válido com o argumento do que possui ou não consciência é um caminho enganador. “Não temos de associar o valor à consciência. Há pessoas em coma que também têm direitos. Por isso, a consciência talvez não seja a forma mais correcta de determinarmos o valor e os direitos de um ser”, afirma Patrícia Vieira.

Não existe, nesta lógica, uma excepcionalidade do humano, e, a nível político, “isso significa que essas outras pessoas também têm direitos, as pessoas-peixe têm tanto direito ao rio como as pessoas-humanas”. Olhar o

mundo dessa maneira já levou países, como o Equador, a Colômbia ou a Nova Zelândia a consagrar na Constituição os direitos da natureza. Num momento em que “estamos a caminhar para o abismo de olhos fechados”, defende a investigadora, “há que procurar outras ideias”.

Outras ideias que começam a entrar, ainda que timidamente, na academia e, de forma mais visível e assumida, nas práticas artísticas. Filipa Ramos, curadora (nomeadamente da Art Basel), directora da Galeria Municipal do Porto e do Departamento de Arte Contemporânea da Ágora, estudiosa dos cruzamentos entre arte contemporânea e ecologia, considera o trabalho de Patrícia Vieira no CES exemplar a esse nível.

O que tem constatado no seu papel de curadora é que “com o aumento do estado de degradação do nosso mundo”, assiste-se a “uma multiplicação de práticas, gestos e manifestações artísticas e culturais que convidam a um repensar não só dos nossos gestos e da nossa forma de existir, mas da própria ontologia do ser humano”.

Estamos, diz Filipa Ramos, a viver um “momento de radical mudança de paradigmas, em que os conhecimentos ocidentais canónicos, o conhecimento académico, estão a ser radicalmente questionados, em grande parte por gerações mais novas que não lhe reconhecem validade e autoridade e interessam-se por encontrar fontes, ideias e conhecimentos que foram sistematicamente ignorados e excluídos”.

Este questionamento leva a uma curiosidade crescente por “tradições de saber alternativas, ancestrais, que são formas de viver e também de curar, de conceber a medicina e a relação entre o corpo e a natureza”. Algumas universidades começam a abrir-se a esses outros olhares, mas “se formos aos currículos, às bibliografias, às fontes das licenciaturas em História ou em Antropologia, parece-me que ainda há muito caminho por fazer”. O que se vê ainda é que nos currículos clássicos as vozes são predominantemente de “autores masculinos e ocidentais”.

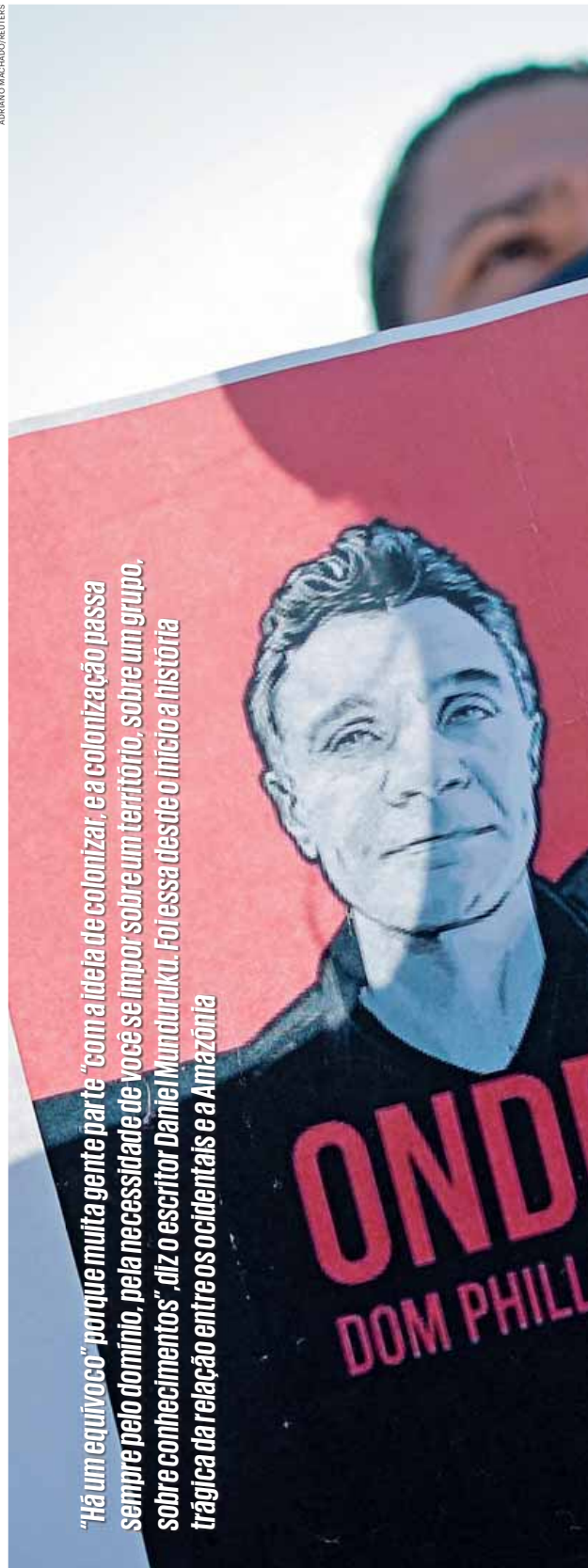
O combate a este estado de coisas é feito cada vez mais de forma interseccional, conjugando as lutas contra diversos tipos de opressão, o racismo, o sexismo, o colonialismo, o machismo, a xenofobia, a homofobia. “Há um inimigo comum: o homem cristão branco é a figura sistematicamente questionada nas lutas antirracistas, feministas, ecofeministas, animalistas, ou em favor do reconhecimento de pessoas com neurodiversidades. Todos os grupos que foram considerados minorias, o que estão a pedir é que o privilégio não seja um direito exclusivo do homem branco.”

Isto não significa que “a validade do pensamento científico deva ser radicalmente questionada”. Trata-se, sim, de “alargar as possibilidades de produção de saber a outros campos”, sublinha Filipa Ramos, cuja área de trabalho a leva a “acreditar profundamente que a produção artística é capaz de propor epistemologias tão válidas quanto o pensamento científico”. Defende, por isso, que recusemos a “tentação muito grande de dar um enorme privilégio ao conhecimento” e que comecemos a “privilegiar também o desconhecimento como algo que nos convida a pensar duas vezes, antes, por exemplo, de legitimar a destruição de algo” que não conhecemos verdadeiramente.

Talvez a floresta, essa Amazônia de todas as projecções e de todos os fantasmas, nos ensine, como diz Daniel Munduruku, a ter um olhar que “não nasce na cabeça, que não pode ser um olhar intelectual”. No seu tom pausado, o escritor indígena brasileiro explica: “Todas as vezes que a gente tenta entender as coisas, acaba chegando na mesma conclusão, porque o caminho que a gente faz é o mesmo, que é o da compreensão mental. E a gente não abre o nosso espírito, o nosso coração, a nossa alma para perceber o que é que a Amazônia nos pode oferecer. Nós, os humanos, temos sempre a necessidade de encontrar respostas que sejam racionais, por isso não conseguimos aprender com a Natureza.”

É isso, afinal, que faz de nós os mais frágeis de todos os seres vivos – aqueles que vivem com fantasmas. “Todos os outros nascem completos, eles estão na maresia, estão surfando a onda, não precisam de resposta nenhuma”.

ADRIANO MACHADO/REUTERS



“Há um equívoco” porque muita gente parte “com a ideia de colonizar, e a colonização passa sempre pelo domínio, pela necessidade de você se impor sobre um território, sobre um grupo, sobre conhecimentos”, diz o escritor Daniel Munduruku. Foi essa desle o início a história trágica da relação entre os ocidentais e a Amazônia